

Julietta Battistioli: a trajetória militante de uma operária comunista

Juliet Battistioli: The Militant Trajectory of a Communist Worker

Guilherme Machado Nunes¹

Resumo

O presente artigo pretende discutir a trajetória de militância da operária têxtil Julieta Battistioli no Partido Comunista do Brasil (PCB) na metade do século XX. Nascida em Palmares, no Rio Grande do Sul, em 1907, logo cedo Julieta mudou-se para Porto Alegre, onde, com 13 anos de idade, começou a trabalhar nas Indústrias Renner e, aos 19, casou com o militante comunista e filhos de italianos Fortunato Battistioli. Ao longo dos anos 1940 e 1950, Julieta será figura importante nas associações femininas do PCB, ajudando a organizar congressos femininos em Porto Alegre e participando ativamente de atividades da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul, entidade ligada ao Partido, além de tornar-se uma figura de destaque no meio sindical gaúcho. Esse percurso fez com que Julieta fosse a primeira vereadora de Porto Alegre, em 1948. Mais do que analisar o mandato, o objetivo é compreender quais caminhos possibilitaram que Julieta ocupasse esse espaço, até então exclusivamente masculino.

Palavras-chave: Biografia; comunismo; mulheres.

Abstract

This article aims to discuss the militancy trajectory of the textile worker Julieta Battistioli in the Communist Party of Brazil (PCB) in the middle of the twentieth century. Born in Palmares, Rio Grande do Sul, in 1907, Julieta soon moved to Porto Alegre, where, at the age of 13, she started working at Renner Industries and, at 19, married the communist militant and children of Italians Fortunato Battistioli. Throughout the 1940s and 1950s, Julieta will be an important person in the women's associations of the PCB, helping to organize women's congresses in Porto Alegre and actively participating in activities of the Women's Federation of Rio Grande do Sul, entity close to the Party, besides becoming a prominent figure in the unionism from Rio Grande do Sul. This route made Julieta the first woman city councilor of Porto Alegre, in 1948. More than analyzing the mandate, the goal is to understand which paths allowed Julieta to occupy this space, until then exclusively male.

Key Words: Biography; communism; women.

Introdução

Como foi possível que uma operária têxtil comunista se tornasse a primeira vereadora da cidade de Porto Alegre? Em grande medida, essa é a pergunta norteadora do presente artigo, o que já evidencia tratar-se, portanto, de um estudo biográfico. Segundo Giovanni Levi, estamos lidando com um problema de escalas: reduzir nosso foco

¹ Doutorando no PPGH/UFRGS. Contato: guilherme.mnunes@gmail.com.

de observação a uma vida não nos aproxima de respostas “mais verdadeiras”, mas permite apreender, através das redes de relações de uma pessoa, o “efetivo funcionamento das normas sociais” (LEVI, 1996, p. 7).

É importante apontar que a trajetória estudada a partir da redução da escala não se desenvolve de maneira teleológica. A historiadora italiana Sabina Loriga afirma, inclusive, que é possível utilizar esses percursos como forma de “romper o excesso de coerência do discurso histórico, ou seja, para se interrogar não apenas sobre o que foi, sobre o que aconteceu, mas também sobre as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” (LORIGA, 1998, p. 246). No caso de uma biografia de uma mulher, além da quebra de coerência e linearidade no processo estudado, também salta aos olhos como diversas formas de opressão se interseccionam e são enfrentadas de diferentes maneiras a partir das experiências da personagem.

Ao mesmo tempo, biografias de mulheres oferecem uma dificuldade particular: a ausência de documentação produzida. Segundo Michelle Perrot, “a narrativa histórica tradicional reserva-lhes pouco espaço, justamente na medida em que privilegia a cena pública – a política, a guerra – onde elas pouco aparecem”, (PERROT, 1989, p. 9) e isso se manifesta de forma contundente nos registros que ficam para a posteridade: encontrar vestígios de Julieta fora da vida pública e/ou partidária foi tarefa árdua, o que faz com esses sejam os espaços privilegiados na análise.

Começaremos pelo bairro que Julieta cresceu, trabalhou, militou e viveu boa parte de sua vida: o Navegantes, parte do 4º Distrito da capital gaúcha. A ideia não é compreender Julieta a partir de seu meio ou traçar uma relação automática entre seu percurso e o bairro, mas sim pensar esse contexto como um campo de possibilidades (VELHO, 1999), que tanto conformou como foi conformado pela atuação de Julieta.

A vida no 4º Distrito

Há pouquíssimos vestígios da vida de Julieta anteriores à sua militância no PCB, que parece ter tido início cedo, como veremos adiante. Segundo João Batista Marçal e

Marisângela Martins, Julieta nasceu em Palmares, em 1907, filha de trabalhadores rurais. Logo cedo ela se mudou para Porto Alegre. E a mudança não foi para um lugar qualquer da cidade, mas para o bairro Navegantes, situado no 4º Distrito da capital, reduto fabril e com um grande contingente do operariado porto-alegrense, onde, com 13 anos de idade, começou a trabalhar na Renner, indústria originalmente do setor têxtil e que ao longo da primeira metade do século XX expandiria para o setor de calçados, varejo e se tornaria a principal empresa do Rio Grande do Sul (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 31).

O historiador argentino Daniel James, ao estudar a vida de *Doña María*, uma militante operária peronista, inicia o livro explicando e descrevendo sua cidade, Berisso. Marcada pela indústria frigorífica, que viveu seu auge entre os anos 1940 e 1950, a cidade reivindica orgulhosamente o título de “berço do peronismo” (JAMES, 2004, p. 28). O autor baseou seu livro em uma série de entrevistas realizadas com María Roldán no final dos anos 1980 e inicia sua obra pela paisagem de Berisso até chegar ao Centro Cívico da cidade, espécie de museus dos “tempos gloriosos” de Perón e dos frigoríficos. Segundo James,

O Centro Cívico se converteu em um espaço dedicado à rememoração e à comemoração. A história de Dona María está moldada pelos princípios morais, as forças ideológicas e as experiências históricas comemoradas por ele. Uma caminhada por este espaço pode nos ajudar a estabelecer o contexto dentro do qual se deve ler seu relato de vida (JAMES, 2004, p. 19).²

Talvez possamos tencionar a ideia de que seu relato de vida se dê “dentro” de um contexto, pois como vimos anteriormente, partimos da premissa de que o contexto tanto constitui quanto é constituído pelos indivíduos a partir de suas relações e atuações. De qualquer forma, conhecer as características do bairro Navegantes, onde Julieta viveu, trabalhou e militou pela maior parte de sua vida, parece um bom ponto de partida.

² Tradução minha, no original: “El Centro Cívico [de Berisso] se convirtió en un sitio dedicado a la vez a la rememoración y la conmemoración. La historia de Doña María está modelada por los principios morales, las fuerzas ideológicas y las experiencias históricas conmemoradas en él. Una caminata por este espacio puede ayudarnos a establecer el contexto dentro del cual debe leerse su relato de vida.”

Ao estudar com muita profundidade essa região, Alexandre Fortes descreve assim o bairro:

Na primeira metade do século XX, Porto Alegre experimentou um acelerado processo de crescimento urbano associado à expansão de seu parque industrial, que se articulava a uma rede de transportes de médio e longo cursos (navegação fluvial, ferrovia e aviação civil). O distrito industrial, constituído originalmente pelos bairros Navegantes e São João, e que posteriormente se expandiria por toda a zona norte da capital, concentraria o crescimento populacional da cidade (FORTES, 2004, p. 31).

Crescimentos fabris e populacionais se retroalimentavam, e a instalação das Indústrias Renner, em 1914, foi um marco para o bairro. Segundo Heloísa Reichel,

Devido ao crescimento da empresa e à construção dos prédios que se destinavam a atender o operariado na sua subsistência e lazer, foi ganhando uma posição de centro coordenador e de referência para o bairro e seus moradores, fossem eles operários ou não. Uma série de obras como o estádio do “Renner Futebol Clube”, a Igreja Evangélica e sua escola, o colégio da paz, a Cooperativa de Consumo, o Centro de Saúde Modelo, utilizados pela comunidade do bairro, foram construídos com financiamento da empresa (REICHEL, 1994, p. 193).

Em 1916, a empresa fecha sua matriz, em São Sebastião do Caí, região de colonização alemã do estado, e concentra toda sua produção na capital gaúcha. Desse ponto até 1940, os números que expressam o crescimento do bairro são impressionantes:

Desde então, a relação entre o crescimento da Renner e a consolidação do Navegantes torna-se íntima. [...] Para realçar o impacto do crescimento da Renner na evolução do bairro, basta indicar o número de prédios nas ruas constituintes do núcleo em torno à fábrica: 378 em 1916, e 1.704 em 1940 (aumento de 350%). No mesmo período, a população do bairro Navegantes como um todo passaria de 5.090 para 15.766 (aumento de 210%), mais que cidades como São Leopoldo, Novo Hamburgo, São Gabriel e Dom Pedrito (FORTES, 2004, p. 41).

Esses foram tanto o bairro quanto a fábrica onde Julieta viveu e se constituiu enquanto operária e militante. Contudo, o fato de morar em uma região com determinadas características não define a trajetória de uma pessoa. Julieta não se tornou uma liderança operária e ingressou no partido em função de morar no Navegantes, mas

essa situação compôs seu campo de possibilidades. Sua atuação e suas formas de sociabilidade com colegas de trabalho e vizinhos contribuíram justamente para que o lugar fosse adquirindo essas características (bairro operário, com clubes e espaços de lazer, reconhecidamente popular, etc.) – é uma via de mão dupla.

Como era comum na época, Julieta ingressou na militância comunista através de seu marido, Fortunato Batistioli. Segundo Naira Vasconcellos, sua neta, Julieta e Fortunato se casaram quando ela tinha dezenove anos – por volta de 1926, portanto (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, s/p). Segundo Julieta, Fortunato trabalhava desde os onze anos de idade na fábrica de calçados Castor, onde sofreu um acidente que atrofiou seu braço:

Ele como guri foi para a fábrica de meias onde sua mãe trabalhava. Então lá ele se acidentou. Tinha onze anos. A máquina pegou o braço dele e torceu e arreventou aqui (JB refere-se ao antebraço) os nervos, tudo aqui assim. Era pra ter tirado o braço, mas na Santa Casa não tiraram, ficou com o braço, então ele tinha o braço assim, ele não espichava ele, era assim [atrofiado]. E esses dedos eram mais finos que os da mão esquerda. É porque... ele não desenvolveu, ele só tinha onze anos, aquele braço não desenvolveu igual o outro, mas mesmo assim ele foi vender (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 16-17).

Impossibilitado de operar boa parte do maquinário da época, já casado com Julieta, Fortunato adquiriu uma carrocinha e um burro com o dono da casa onde moravam e foi ser verdureiro.

A vida de casados coincidiu com a expansão das indústrias Renner. Heloísa Reichel aponta como a crise de 1929 proporcionou um aumento da demanda por produtos nacionais, o que

possibilitou às Indústrias Renner aumentar significativamente capital e produção. Os lucros, assim gerados, investidos em bens de produção e insumos durante momentos favoráveis à importação, permitiram à empresa índices reais de crescimento e produtividade, ampliando instalações, maquinário e modernizando o seu sistema produtivo. (REICHEL, 1994, p. 190).

Nesse espaço em flagrante crescimento, Julieta começou sua vida de operária e militante. Foram encontradas poucas referências a ela nesse período, sendo boa parte

delas aproximações memorialísticas. Marçal e Martins, por exemplo, afirmam que “na década de 1930, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e recolheu assinaturas na vizinhança pela libertação de Olga Benário.” (MARÇAL; MARTINS, 2008, p. 31).

Em suas memórias, ela também relata suas ações contra os integralistas nesse período. Apesar da associação do bairro Navegantes com o movimento operário, especialmente associações e sindicatos influenciados pelo comunismo e pelo trabalhismo, a região viu crescer um forte movimento integralista ao longo dos anos 1930:

Os integralistas eram muito fortes ali no Navegantes. Muito forte, porque tinha o mestre da secção de corte dos alfaiates, que ele era um chefe também, ele até tinha na casa dele o emblema [...].

É o Sigma. É, ele trabalhava com a camisa... dos integralistas. E tinha também umas italianas que trabalhavam no Renner e moravam ali perto do Renner também naquela que ficava... a Arrozeira Brasileira.

[...]

É, as mulheres, as moças e a velha trabalhavam lá e iam vestidas também de... [integralistas] que eu sempre tinha de passar e dizer alguma coisa pra elas. Dar um “chachacoalho” nelas. Às vezes dava vontade de atirar escada abaixo! (RISOS) Tinha raiva daqueles integralistas mesmo, era antifascista (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 13).

Além disso, Julieta enfatiza que Fortunato trazia “a palavra de ordem do Partido” para pichar as paredes e que “o velho é que tinha o contato” com o PCB.

As outras documentações em que é possível encontrar informação sobre ambos é a imprensa. Fortunato aparece em *A Voz do Trabalho*, jornal oficial da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS³ em 1934 como integrante de uma Comissão de Frente Única surgida de uma assembleia operária para discutir a aplicação – ou não – da legislação trabalhista no Rio Grande do Sul⁴ Julieta, por sua vez, aparece como signatária de um telegrama reproduzido no jornal *A Manhã*, onde reclamavam da violência policial

³ A FORGS foi fundada em 1906, sendo um dos principais resultados da primeira greve geral de Porto Alegre, ocorrida naquele ano. Em um processo ainda pouco estudado em virtude da escassez de fontes, ela encerra atividades no final de 1929 e é refundada em 1933. Sobre sua fundação e seus primeiros anos, ver, por exemplo, SCHMIDT, 2005; PETERSEN, 2001. Sobre sua refundação e a conjuntura dos anos 1930, ver NUNES, 2016a.; KONRAD, 2009.

⁴ *A Voz do trabalhador*, Porto Alegre, n. 56, 17 de novembro de 1934, p. 2 (Acervo João Baptista Marçal, NPH/UFRGS)

cometida pela “polícia política paulista, sequestrando uma jovem de nome Geny Gleizer”⁵ Segundo Gláucia Fraccaro, Geny Glazer tinha 16 anos, era do PCB, foi presa em uma reunião da Juventude Comunista e acusou a polícia de a ter violentado (FRACCARO, 2018, p. 83).

Julieta foi se constituindo como uma liderança da fábrica e, por extensão, do bairro, a partir de sua atuação na base, realizando “trabalhos miúdos que um comunista faz dentro de uma fábrica e o Partido nem fica sabendo”, como incentivar as colegas a merendar quando quisessem. Em outra passagem, Julieta recorda como aconselhou colegas de trabalho que tiveram sua jornada laboral reduzida – com equivalente prejuízo do salário – diante da mecanização do processo de confecção da seção de calçados:

Bem, então... nós nos encontrávamos... no banheiro. E elas me contaram e eu disse assim: “Mas não, não precisa vocês ficarem em casa, a fábrica Renner é grande demais, ela pode espalhar vocês em outros lugares”. [...] Aí foi quando eu aconselhei elas, que elas tinham o Renner como um pai, achavam que o Renner era o papai, que era muito bom, eu disse: “vocês façam o seguinte: vão ao papai, faz uma comissão (RISOS), vocês estão em casa, não estão trabalhando, não estão fazendo nada, se juntem e vão lá”. Então ele (A. J. Renner) disse que não mandava mais na fábrica, eram os filhos, mas que ele ia ver se resolvia o problema delas, e resolveu. Distribuiu elas por outras seções, por outro serviço, mas não ficaram mais em casa sem ganhar (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 19).

Julieta, ao que tudo indica, era uma pessoa a quem as colegas recorriam para resolver problemas do cotidiano fabril. Isso, somado a seus famosos “comícios relâmpagos” (quando subia em uma caixa para discursar sobre situações que precisavam ser melhoradas na Renner ou no bairro), foram fazendo com que ela se tornasse uma referência. No trecho destacado chama a atenção como Julieta consegue se aproveitar do “paternalismo” que caracterizava a organização laboral naquele espaço: havia creches,

⁵ *A Manhã*, Porto Alegre, 6 de outubro de 1935, p. 2 (Hemeroteca Digital Brasileira/Biblioteca Nacional). A nota é assinada exclusivamente por mulheres, evidenciando uma solidariedade de classes (“nós, operários”), mas também de gênero. Assinam a nota: Julieta Batistioli, Diamantina André, Hilda Boner, Lina Necke, Otacilia Silveira, Inocência Martins, Affonsa Teixeira, Honorina Bauer, Seraphina Moreira, Cecy Geny, Nair Zamora, Carmem Sierra, Aracy Evangelista, Esmeralda Stein, Ercolina Silva, Rosa Cohen, Maria Machado, Rachel Goldberg, Isabel Eugel, Alice Ribeiro, Maria Moreira, Dalva Moraes, Theodora Moreira, Julieta Telles.

refeitórios e outras políticas assistencialistas colocadas em prática pela Renner⁶ Julieta recorda que “era muito difícil fazer política lá dentro do Renner, porque ele era um patrão que cumpria as leis do trabalho”. É possível questionar até que ponto a Renner cumpria de fato as leis do trabalho⁷ mas, de qualquer forma, o que nos interessa aqui é perceber que essa era a *imagem*⁸ que se tinha da empresa, e Julieta soube se aproveitar dela para ajudar suas colegas.

Mais uma vez é possível traçar algumas comparações com *Doña* María Roldán, de Berisso. Ao recordar de suas funções como delegada sindical, María discorre sobre a vez que foi tirar satisfações sobre a incorreção em um pagamento:

Ser delegada era uma grande responsabilidade. Havia muito agradecimento porque eu por exemplo na minha juventude era uma mulher muito rápida. Por exemplo, uma mulher me disse que isso aconteceu comigo, no envelope que eu comprei, eu trouxe o envelope, eu imediatamente deixei minhas ferramentas de trabalho, peguei meu avental, fui para a gerência: “O que há de errado com esta senhora porque há 11 milhões a menos aqui?” (JAMES, 2004, p. 60).⁹

Há outras passagens, em que essas duas mulheres se assemelham, como nos momentos de convocar para greves ou ajudar suas companheiras com problemas em relação à autoridade dos patrões. É sobre o cotidiano de Julieta na fábrica que trataremos a seguir.

⁶ Heloísa Reichel sintetiza essas práticas da seguinte maneira: “Fundou-se na fábrica um conjunto de obras assistenciais que se destinavam a atender o operário enquanto realizava seu trabalho: a creche, o refeitório, o consultório médico e dentário. Outras atendiam sua sobrevivência, como a cooperativa de crédito e de consumo. Além disso forneciam-lhe condições de lazer e educação, como o Grêmio Esportivo Renner e a Escola Senai.” (REICHEL, 1994., p. 193).

⁷ A. J. Renner foi uma das principais lideranças do Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul, fundado no final de 1930, que dedicou muitas de suas reuniões a discutir formas de burlar a aplicação da legislação trabalhista. Ver NUNES, 2016b.

⁸ Heloísa Reichel mostra como na medida em que a empresa crescia, aumentavam também seus serviços e se fortalecia a relação com o bairro: “A possibilidade de utilizar a cooperativa, através de amigos e parentes dos funcionários da indústria, fez com que se formasse, no imaginário dos moradores do Bairro Navegantes, uma visão de que a fábrica realmente congregava a ‘família rennista’, como queria seu proprietário, aliviando as tensões do conflito de classe.” (REICHEL, 1994., p. 196).

⁹ Tradução minha, no original: “Ser delegada era una gran responsabilidad. Había mucho agradecimiento porque yo por ejemplo he sido en mi juventud una mujer muy moviediza. Por ejemplo, me decía una señora a mí me pasó esto, en el sobre me llegó esto, me traía el sobre, yo inmediatamente dejaba mis herramientas de trabajo, me sacaba el delantal, me iba a la gerencia: ‘Que pasa con esta señora, por que acá hay 11 millones menos?’ [...]”

A vida na fábrica

Há alguns relatos e indícios esparsos acerca da atuação e do cotidiano fabril de Julieta na Renner, mas sabe-se que ela trabalhou lá por muito tempo – inclusive enquanto foi vereadora. Partindo de algumas notícias e de suas memórias, é possível reconstituir um pouco desse momento de sua vida. Mais uma vez é possível fazer algumas comparações com *Doña* María Roldán, às vezes, inclusive, para pontuar diferenças.

O livro que traz os relatos de Julieta inicia tratando de uma questão clássica no mundo laboral fabril: automação/mecanização da produção *versus* manutenção de empregos:

Não, não era contra a fita [mecânica], porque era um progresso, porque eu era uma progressista. [...]

Mas é no regime atual que nós vivemos, o progresso não vem em benefício do homem, mas, sim, prejudicar o homem. Porque muitas faziam aquilo que outras faziam na fita. E as outras tinham que ser desempregadas. E na secção de fiação tinha uma banca em que trabalhavam seis mulheres, quando botaram a fita, uma só tomava conta de tudo.

[...]

Então eu protestava [contra] as fitas com muitos comícios-relâmpagos que fiz na porta da fábrica, esclarecendo [a]os trabalhadores o que eram as fitas mecânicas (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 18).

A revolta contra situações tidas como injustas e a sua atuação, que muitas vezes parece bastante autonomista (fazia comícios rapidamente, sozinha, em cima de caixotes), são uma constante no relato de Julieta. Daniel James, ao tentar identificar um padrão-chave no discurso de María Roldán, o define como “a busca por uma vida melhor, não formulado dentro de um contexto de relato de mobilidade social mas sim de um rechaço à injustiça social e o conseqüente compromisso com o ativismo social e político.” (JAMES, 2004, p. 164-165).¹⁰

¹⁰ Tradução minha, no original: “El patrón clave presente en el testimonio de doña María es la búsqueda de una vida mejor, no formulado dentro de un contexto de un relato de movilidad social sino de un rechazo de la injusticia social y el consecuente compromiso con el activismo social y político.”

No entanto, María Roldán confere um papel central ao sindicato em sua vida e militância, enquanto no relato de Julieta – e mesmo em outras documentações – sua atuação aparece de maneira muito mais autônoma na fábrica – sua organização parece ter sido mais partidária do que sindical. Talvez isso possa ser explicado pelas questões expostas anteriormente em relação à natureza paternalista da Renner: Julieta recorda que era muito difícil fazer trabalho de base na fábrica, aparecem poucas menções a colegas seus sindicalizados – como vimos, parece que foi mais fácil jogar com a imagem de A. J. Renner “paizinho” do que convencer suas colegas a ingressar no sindicato ou no PCB. Alexandre Fortes aponta, a partir do relato oral de antigos trabalhadores da fábrica e de duas publicações oficiais, que

Durante muito tempo, as indústrias Renner se constituíram numa fortaleza inexpugnável, impenetrável pelo movimento operário organizado, fosse pela eficácia de sua política social e salarial, pelo trabalho doutrinário que desenvolvia por meio de suas publicações, fosse pelo rigor do seu sistema de vigilância e repressão.

[...]

A empresa realizava uma disputa ideológica da lealdade de seus operários com o movimento operário, por meio de instrumentos como o *Boletim Renner* e outras publicações institucionais (FORTES, 2004, p. 213).

Com isso, Julieta na mesma medida em que se torna uma liderança, também acaba chamando muita atenção para si. Apesar de em seu relato ela simplesmente não recordar de perseguições e assédio em virtude de sua atuação, encontramos uma notícia que denuncia essa situação, em 1949:

50% DE AUMENTO – A bandeira dos trabalhadores da Renner

[...]

Como Julieta Batistioli, são muitas as outras operárias que estão ameaçadas de serem jogadas a rua por se destacarem na luta pelas reivindicações operárias, principalmente nas lutas por aumento nos miseráveis salários que recebem os trabalhadores da Renner. Assim agindo, - despedindo trabalhadores que mais se destacam nas lutas reivindicatórias – visam os patrões única e exclusivamente arrancar do meio da massa operária daquela empresa aqueles que não vacilam

no sentido de esclarecer suas companheiras de trabalho indicando-lhes as melhores formas de luta.¹¹

É difícil conferir quem eram – e se não há um certo exagero, recorrente em textos de denúncia – as outras trabalhadoras e porque elas seriam demitidas e Julieta não. O que chama a atenção aqui é demarcação de gênero – “operárias” – e a ausência novamente do sindicato. Que o setor têxtil sempre foi formado majoritariamente por mulheres não chega a constituir nenhuma novidade. No entanto, convém lembrar que no final dos anos 1940 a Renner já era muito maior que apenas uma indústria do setor têxtil – a própria Julieta trabalhava agora no setor calçadista (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 18-19). Além disso, estamos falando de uma empresa que mais ou menos nessa época possuía 2.500 funcionários e funcionárias, 4.000 se contarmos as subsidiárias (FORTES, 2004, p. 178). Ou seja, o marcador de gênero parece importante, pois a questão deve dizer respeito especificamente às mulheres. O que nos leva a outra questão: sendo ainda os sindicatos um ambiente bastante masculino, faz sentido que Julieta e suas colegas não o percebessem como uma ferramenta importante na luta por seus direitos, preferindo outras formas de organização e atuação.¹²

Isso não significa que Julieta não tivesse vínculos com organizações de trabalhadores e trabalhadoras – ao menos é o que nos diz o DOPS:

Salário mínimo: às 20:45 horas do dia 8 do corrente, teve lugar, na sede da UET [União Estadual dos Trabalhadores], uma reunião de dezenove pessoas, para tratar do assunto que serve de título a esta nota.

Dentre os presentes, o agente deste S.I. identificou os seguintes elementos: Walter Guimarães e Eduardo Domingos, respectivamente, presidente e secretário dos trabalhos; Adão Figueira da Silva, Jorge Vitorino, Prof. Antônio Rodrigues,

¹¹ *A Tribuna [antiga Tribuna Gaúcha]*, Ano I, num. 52. Porto Alegre, 4 de outubro de 1949, p. 4. CEDEM/UNESP.

¹² Em 1951, por exemplo, ao escrever sobre as células femininas do Partido Comunista, uma autora (supõe-se) toca justamente nesse ponto, afirmando a importância dos ambientes exclusivamente femininos que surgiam: “O fato de serem reuniões específicas de mulheres fez com que aumentasse o comparecimento. Muitas companheiras que se acanhavam de falar em reuniões gerais, sentiram-se mais à vontade ali e se desenvolveram com maior facilidade.” *A Classe Operária*, n. 406, 1 de novembro de 1951, p. 4. CEDEM/UNESP.

Julieta Batistioli, Wilson Mello, José da Rosa Matos (bancário), Adão de Tal (idem) e um uruguaio de sobrenome Dela Rocha.¹³

Ou seja, Julieta estava sim articulada em alguma frente para exigir melhores salários.

A relação que estabeleceu com organizações sindicais, portanto, é bem diferente da de Mária Roldán, mas não significa que Julieta não tivesse circulado também por estes espaços. No entanto, foi no Partido Comunista e suas frentes que Julieta mais se destacou.

A atuação no PCB

Entre os anos 1940 e 1950, o desafio de identificar os espaços por onde Julieta circulou é menor. Sua atuação no PCB aparece fundamentalmente em dois tipos de fontes: a imprensa – especialmente a partidária – e os documentos policiais. O DOPS monitorou de perto muitos de seus passos e as organizações às quais ela pertenceu.

A Célula Olga Benário, por exemplo, da qual Julieta fez parte, aparece em 1946 como sendo uma das que mais recebeu materiais volantes com informes e palavras de ordem do Partido. Não é descabido supor que ela fosse, assim, uma das mais numerosas do PCB, uma vez que havia uma competição entre células para ver quem distribuiria esse material primeiro, e tanto a Olga Benário, quanto a 18 de Abril e a 19 de Novembro receberam 15 mil panfletos cada uma, enquanto outras células receberam de 500 a 10 mil. Às três também coube a tarefa de organizar uma “festa de confraternização dos trabalhadores da tecelagem, pró-imprensa do Partido.”¹⁴

As edições seguintes são de preparativos para o pleito para a Assembleia Legislativa, que ocorreria em janeiro de 1947. A meta do PCB era chegar aos 25 mil membros e 100 mil eleitores. A edição de 16 de novembro de 1946 traz em suas páginas

¹³ Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 47, Porto Alegre, 15 de novembro de 1951. pp. 124-136. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul), pasta 19 [D]. Cx 611, Disco 6. NPH/UFRGS.

¹⁴ Cf. *A Classe Operária*, n. 25, 24 de agosto de 1946, p. 2. CEDEM/UNESP. Essa mesma notícia informa que o esposo de Julieta, Fortunato, era o encarregado de finanças do Comitê Distrital de Porto Alegre.

as propostas partidárias, assim como todos os candidatos ao cargo de Deputado Estadual, dentre eles há duas mulheres: a professora Emilce Aveline e a operária Julieta Battistioli.¹⁵ Às vésperas de eleição, o Partido comemorava em uma de suas publicações a presença de duas mulheres na “Chapa da Vitória”, como foi batizada, trazendo inclusive foto de ambas.¹⁶

Veremos mais adiante que, ao recordar com muito desgosto da experiência como candidata e vereadora, Julieta sequer menciona que já havia concorrido a outro cargo eletivo. Talvez o fato de não ter exercido a função contribua para a consolidação da memória da vereança como sendo a definidora de sentido de sua atuação como um quadro público do Partido.

O resultado eleitoral em todo o Brasil foi bastante festejado pelos comunistas. O Partido, que já havia eleito 15 deputados federais no início do ano e Luiz Carlos Prestes para o Senado, fez uma votação ainda mais expressiva no pleito suplementar: entre deputados estaduais e federais, foram 69 eleitos, além da pouco lembrada eleição de Cândido Portinari para o Senado. Cabe destacar nesse sentido a bancada estadual de Pernambuco, que elegeu nove representantes; a do Distrito Federal, que elegeu 18 representantes, inclusive nomes históricos do PCB como Octávio Brandão e o humorista e jornalista Aparício Torelli, o Barão de Itararé; e o Rio Grande do Sul, que elegeu Antônio Pinheiro Machado Neto, Dyonélio Machado e Otto Alcides Ohlweiller.¹⁷ Nada de Julieta.

O ano de 1947, no entanto, foi bastante movimentado para Julieta. Ainda gozando da legalidade e do registro partidário, o PCB gaúcho iniciava a publicização de suas atividades com um grande comício de encerramento do Pleno Ampliado do Comitê Estadual no Largo da Prefeitura, com direito a “números de música” e “execução de

¹⁵ Cf. *A Classe Operária*, n. 37, 16 de novembro de 1946, p. 5. CEDEM/UNESP. Dentre os objetivos expostos na página vale destacar o seguinte: “Elaborar um plano para fazer um levantamento exato do número de militantes do Partido e elevar o seu efetivo para um mínimo de 20.000 membros, dando atenção preferencial ao recrutamento nas grandes empresas, entre os camponeses e as mulheres.”

¹⁶ *A Classe Operária*, n. 42, 21 de dezembro de 1946, p. 5. CEDEM/UNESP.

¹⁷ *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, n. 52, 22 de fevereiro de 1946, p. 1. CEDEM/UNESP.

sambas por cantores populares acompanhados por orquestras”.¹⁸ O nome de Julieta Battistioli aparece como integrante do Comitê Estadual, que realizou esse comício após três dias de reunião no mês de março daquele ano.

Esse é o ano da campanha, que Julieta relembra de maneira tão desgostosa:

Até foi a Maria Crespo que foi me levar a notícia: “Tu sabes que tu vai ser candidata a vereadora?”. Digo: “Não! Mas pelo amor de Deus, essa não! Essa agora é demais, eu não vou aceitar”. E a Maria Crespo: “Não, tu vais ter que aceitar, já está tudo pronto, tudo encaminhado e tu vais aceitar, não tem tu dizeres não, tu vais.” Digo: “Mas Maria! É a pior coisa para mim!”... que me fizeram... foi eu ser vereadora, compreendeu? [...] Ser vereadora, com a educação, com a cultura que eu tinha, pra mim foi uma coisa assim que... olha! (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 42).

Como exposto anteriormente, Julieta já havia sido candidata a deputada estadual um ano antes. É possível que todo esse diálogo tenha se dado nesse momento e que Julieta se confundiu – afinal, uma das campanhas foi vitoriosa e a outra não, o que deve ser mais marcante. Além do mais, sua atuação parlamentar, como veremos adiante, se constituiu em um ponto importante no momento de sua expulsão do PCB.

É curioso perceber como, em suas memórias, o correligionário e igualmente candidato a vereador Eloy Martins recorda desse processo de maneira muito semelhante:

Passaram-se dois dias [desde o último contato de João Amazonas, dirigente nacional do PCB, à época em Porto Alegre para dar novas orientações do Partido] e fui convocado para uma reunião, na qual me foi mostrada a urgência de ter mais tempo para a atividade partidária. Minha ligação à produção [volta à fábrica para fazer trabalho de base, tarefa que lhe fora atribuída anteriormente] tinha sido um erro, pois deveria ser candidato a vereador nas próximas eleições. Apresentei minhas limitações intelectuais para enfrentar tal incumbência, se por acaso fosse eleito. Após muita discussão dei-me por vencido, sempre na esperança e confiante que o partido, com os erros cometidos, experiências e ligações adquiridas, seria levado a adotar uma posição mais de acordo com a ideologia da classe operária (MARTINS, 1909, p. 89).

¹⁸ *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, Ano I, terça-feira, 11 de março de 1947, p. 1. CEDEM/UNESP. Essa edição demonstrava a preocupação do PCB em relação ao “Parecer Barbedo”: o Desembargador Alceu Barbedo já nessa época acolheu uma denúncia contra a existência da organização e a enquadrou na categoria de “Partido Extremista”, o que foi fundamental para a cassação da legenda dois meses depois.

Ao mesmo tempo em que o Partido aparecia para Julieta – e tantas outras e outros – como um espaço de militância e ferramenta para transformar a realidade, a participação, via de regra, se dava em seus próprios termos. Como Julieta deixou claro na entrevista citada anteriormente, ela não teve escolha, precisou ser candidata e tomar posse em seguida.

O DOPS acompanhou de perto a campanha:

Valendo-se da legenda do Partido Social Progressista, os dirigentes do extinto PCB conseguiram o registro dos seguintes candidatos a vereador, nesta capital, conforme editais, de número 1 e 3, de 21 e 23 do corrente, respectivamente e, em data de hoje, afixados no cartório eleitoral da primeira zona: 1) Julieta Batistioli; 2) Sady da Costa e Silva; 3) Luiz Eduardo de Oliveira Santos; 4) Álvaro Osimo Caetano; 5) Eloi [sic] Martins da Silva; 6) Marino Rodrigues dos Santos; 7) João Oscar de Oliveira; 8) José César de Mesquita; 9) Luiz Carlos Pinheiro Machado; 10) José Roberto García; 11) Mário Escobar Azambuja; 12) Arthur Nunes García.¹⁹

Esse mesmo ofício traz a primeira descrição elaborada do perfil de Julieta Battistioli que se conseguiu encontrar:

Antecedentes comprovados dos candidatos comunistas à vereança municipal, abrigados sob a legenda do Partido Social Progressista, de âmbito nacional, com sede em São Paulo:

JULIETA BATISTIOLI – Secretária da Célula Olga Benário Prestes. Dirigente estadual do PCB (Membro Suplente da Direção do Comitê Estadual). Candidata à Deputada Estadual, pelo PCB, no último pleito eleitoral. Signatária de vários telegramas de protesto, comunistas, endereçados ao Exmo. Sr. Presidente da República. Oradora obrigatória na maioria dos comícios vermelhos realizados nesta capital e, em alguns, levados a efeito no interior do Estado, como, por exemplo, na zona carbonífera de São Jerônimo, em Santa Maria, etc.²⁰

O DOPS confirma a imagem que se consolidou ao longo dos anos de Julieta como uma oradora poderosa e desenvolta em público, acrescentando que ela também seria designada a realizar esse tipo de atividade fora de Porto Alegre – ainda não foi encontrado outro registro que sugira isso, mas é algo totalmente plausível.

¹⁹ Departamento de Ordem Política e Social, Ofício n. 419, Porto Alegre, 25 de outubro de 1947, p. 22-30. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [C]. Cx 611, Disco 5, p. 22-23. NPH/UFRGS.

²⁰ Ibidem, p. 25.

As páginas da *Tribuna Gaúcha* não deram tanto destaque assim a ela, o que pode indicar um certo exagero do agente da polícia política. No entanto, há muitas situações em que é bastante provável que ela tenha de fato se pronunciado, e o diário apenas reproduzisse – consciente ou inconscientemente – a lógica da invisibilização da participação feminina na política. Ainda em 1947, por exemplo, no mês de dezembro, o PCB gaúcho se organizava para comemorar o cinquentenário de Luiz Carlos Prestes que ocorreria no dia 3 de janeiro, e o festejo em Porto Alegre não poderia ser em outro lugar que não no “bairro comunista de Porto Alegre – Navegantes.”²¹ Os preparativos já haviam iniciado e é muito razoável supor que Julieta estivesse envolvida nas atividades, mas seu nome não é mencionado. Ao longo de 1948, sua atuação parlamentar nunca é destacada, ao contrário de seus colegas Eloy Martins e Marino dos Santos.

As forças policiais não apenas acompanharam as movimentações comunistas, também as inibiram. Em novembro de 1947, o periódico *Tribuna Popular*, vinculado aos comunistas do Rio de Janeiro, relatou da seguinte maneira a atuação da polícia para encerrar um comício de campanha:

A polícia do sr. Valter Jobim [governador gaúcho], dispersando um comício de propaganda eleitoral dos candidatos populares, num franco desrespeito à lei eleitoral e à Constituição, ferindo brutalmente imunidades parlamentares, espancando o povo e simples transeuntes, acaba de dar mais uma demonstração de verdadeira feiura nazista, cuja responsabilidade cabe ao governador riograndense [...].

Por todo o largo da prefeitura espalhou-se uma onda de fúria policial, que não respeitou sequer a presença dos deputados Abílio Fernandes e Júlio Teixeira, nem dos candidatos a vereadores que chegavam na ocasião.

[...]

Uma senhora foi violentamente esbofeteada, o pai da candidata Julieta Battistioli espancado e arrastado pelos beleguins.²²

É a primeira menção ao pai de Julieta que encontramos. A família de Julieta – à exceção de seu esposo, envolvido no Partido – é bem ausente na documentação – talvez

²¹ *Tribuna Gaúcha*, Porto Alegre, ano I, 23 de dezembro de 1947, p. 1. CEDEM/UNESP.

²² *Tribuna Popular*, Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1947, p. 8. HDB/BN. Acesso em 21 fev 2018.

pela origem popular de Julieta e pelo fato de ter feito praticamente toda sua trajetória longe de seu local de nascimento.

Em março de 1948 Julieta assumiu a cadeira na Câmara de Vereadores pela primeira vez. Como mencionado, ela não se recorda desse período com carinho, e mesmo a imprensa chegou a acusá-la de apenas bater o ponto e ir embora das sessões.²³ Um mês depois, Julieta foi presa em pleno exercício do mandato. O jornal carioca *Gazeta do Povo*, que a julgar pelas notícias e pela forma de abordá-las era abertamente anticomunista, afirmava que o ocorrido se deu da seguinte maneira:

Estava articulado um “complot” comunista para o Dia de Tiradentes. Em diligências realizadas durante o dia e à noite de ontem, a Polícia conseguiu descobrir, localizar e anular, um vasto “complot” comunista, que deveria ensanguentar o “Dia de Tiradentes”, em Porto Alegre. Em consequência, até às 23 horas, havia sido efetuada a prisão de quarenta e três comunistas, entre os quais o ex-deputado Jover Teles e a vereadora Julieta Battistoli.²⁴

O evento citado tratava-se do Congresso da Paz. Eloy Martins se recorda dessa prisão de maneira muito desgostosa, em tons de “crônica de uma morte anunciada”, pois a atividade já havia sido proibida de antemão pela polícia gaúcha:

Chegou o dia do acontecimento estapafúrdio. De manhã apareceu lá em casa o Paulo, um dos encarregados de me vigiar, queria saber como se preparava bomba molotov. Eu sabia, mas respondi-lhe que não, porque sentia que em tudo aquilo estava sendo preparado um verdadeiro absurdo, uma provocação, uma palhaçada, um fiasco completo. O ato estava marcado para às 20 horas, às 19 a polícia começou a prender elementos do partido nos arredores onde se pretendia realizar o Congresso. Em pouco tempo todas as imediações estavam tomadas por policiais armados. No outro dia de manhã os jornais estamparam a notícia espalhafatosa do desmantelamento de atos terroristas que seriam executados por comunistas conhecidos (MARTINS, 1989, p. 93-94).

Julieta não se recorda dessa prisão – ao menos não dessa forma. Segundo sua memória, ela foi presa apenas duas vezes:

²³ *Jornal do Dia*, Porto Alegre, n. 344, 16 de março de 1948, p. 4. HDB/BN. Acesso em 21 fev 2018.

²⁴ *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, n. 92, 22 de abril de 1948, p. 1. HDB/BN. Acesso em 18 mai 2018.

Uma vez foi toda a direção do Partido presa. Aí eu estava doente, eu estava fazendo tratamento porque ia fazer uma operação e saí naquele dia de casa só para ir ao consultório médico e fui na sede no Partido e cheguei lá eles (a polícia) já tinham “engatado” (detido, preso) todos (RISOS), e eu cheguei e “engataram” a mim também. Essa foi uma vez. Nessa vez a Maria também estava, a Maria Crespo e a Gínia Macline e eu; de mulher eram nós três. E a outra vez foi distribuindo panfletos da Paz (Campanha da Paz contra a Guerra da Coreia) defronte a Fábrica de Tecidos; estava distribuindo panfletos da Paz quando a polícia chegou (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 49).

Talvez a memória tenha feito com que Julieta confundisse o local da segunda prisão, já que como vimos anteriormente ela se deu no centro da cidade e não no 4º Distrito (sede da Fábrica de Tecidos), ou talvez simplesmente tenha esquecido desse ocorrido. Os risos no relato podem indicar uma forma de lidar com o trauma, mas ao que tudo indica, ela não sofreu torturas ou outras violências físicas e também não ficou tanto tempo encarcerada. No entanto, ela afirma que, durante um interrogatório, o marcador de gênero ficou bem evidente:

Mas ele [o interrogador] me disse tanta bobagem, tanta besteira... se eu não tinha vergonha, que eu era uma mulher, que andava fazendo comício na rua, uma mulher casada, de filhos, porque... e daí para adiante, daí para fora... E, responder... o que é que eu ia responder... nem podia porque... eram uns três ou quatro. E achei melhor só olhar para a cara deles (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 50).²⁵

Ao final Julieta relata que o Presidente da Câmara de Vereadores foi atrás dela na prisão, o que talvez indique que o imbróglio a que ela, Eloy Martins e o jornal sejam realmente o mesmo.

A Campanha da Paz, uma das principais bandeiras do PCB, adentrou a década de 1950 ainda com muita força. Em agosto de 1950, por exemplo, a *Tribuna Gaúcha* estampava em sua capa: “EU DEFENDEREI MEU FILHO! As mães gaúchas saberão erguer-se em defesa do sangue de seus filhos, que irão morrer na Coreia para defender os

²⁵ O que Julieta traz em seu relato é muito semelhante à ideia da dupla transgressão, conforme traz Ana Colling: as mulheres transgridem a ordem “natural”, se rejeitando a ficar em casa cuidando dos filhos e acabam se comportando como homens; além disso, no caso da Ditadura, seu objeto de estudo, se engajam na militância de oposição ao regime, ganhando a alcunha de *Putá Comunista* por parte dos órgãos de repressão. Cf. COLLING, 2006, p. 175. Essa ideia também aparece em GARCIA, 1997.

americanos. As mães constituem uma barreira aos planos de Dutra e seus generais fascistas.”²⁶

Ainda segundo o jornal, a União Feminina Gaúcha,²⁷ naquele momento, colheu mais de 15 mil assinaturas para a causa. Julieta recorda de angariar assinaturas, mas lembra que colegas suas foram mais eficientes nessa empreitada, enquanto ela “fazia comício até nas portas de cinema”. Esse é o primeiro e único momento em suas memórias no qual a questão da maternidade aparece como sendo um dificultador de alguns aspectos da militância:

[...] nós não tínhamos nada contra a Coreia, a Coreia não era nosso inimigo e... não vamos matar nossos filhos, essas coisas assim. Palavras de ordem que davam pra gente dizer. Isso eu fiz, fazia com mais facilidade até, porque não me roubava tempo, assim, dos meus afazeres em casa, que é coletar assinaturas, quer dizer, coletar assinaturas teria que tirar uma tarde ou um dia para sair na rua pedindo assinaturas, assim mesmo eu fiz. [...] Foi numa época em que nasceram as gurias... a minha filha Serafina teve as duas gêmeas, Naira e Rejane e já me roubavam um pouco de atenção, porque à noite tem os afazeres de casa [...] (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 46).

Aqui percebemos como novamente a questão de gênero aparece na jornada dupla – ou tripla. Além de trabalhador e militar, Julieta também não poderia se descuidar dos afazeres domésticos – ainda mais quando se tornou avó.

Julieta e as outras mulheres comunistas se concentravam bastante na questão da Paz e contra a Guerra na Coreia, e a repressão se voltava cada vez mais para elas, como exposto anteriormente. Em 1950, um dos principais quadros da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo, a operária têxtil Elisa Branco foi presa durante uma manifestação do sindicato de sua categoria:

No dia da comemoração oficial da Independência do Brasil, que aconteceu no Vale do Anhangabaú, e que reuniu autoridades estaduais e federais, a costureira comunista exibiu, com a ajuda de outros comunistas, uma faixa com a seguinte

²⁶ *Tribuna Gaúcha*, ano II, num. 297. Porto Alegre, 27 de agosto de 1950, p. 1. CEDEM/UNESP.

²⁷ A partir de 1950 a União Feminina Gaúcha passaria a se chamar Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul, entrando em uniformidade com as Federações dos outros estados. Cf. *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 77, 20 de outubro de 1950, p. 2. HDB/BN. Acesso em 24 fev 2019.

frase: “*Os soldados, nossos filhos não irão para a Coréia*”. Tratava-se de um protesto contra o apoio do Brasil aos Estados Unidos na Guerra da Coréia. Também estavam em seu poder vários boletins “subversivos” intitulados “*Ao coração das mães brasileiras*” e “*Soldados e Marinheiros*”. Por estes fatos, Elisa foi presa, e posteriormente julgada e condenada a quatro anos e três meses de prisão.

Durante o período que ficou presa no presídio Tiradentes, muitas manifestações ocorreram e prol da libertação de Elisa Branco Batista. O Partido Comunista e o jornal *Hoje* lançaram forte campanha, e até a Rádio de Moscou, em sua transmissão para o Brasil, dedicou alguns minutos em propaganda pela sua liberdade. Em janeiro de 1951 foi signatária de uma carta da Casa de Detenção, com o título: “*Não criamos nossos filhos para a Guerra*”. Em maio do mesmo ano, o Presidente da Associação Beneficente dos Operários de Indianópolis, enviou ao governador do Estado, um ofício que pedia a libertação de Elisa Branco. Em outubro de 1951 foi posta em liberdade.²⁸

Julietta chegou a apresentar um requerimento na Câmara de Vereadores para que a casa “se dirigisse ao governo no sentido da anistia para a heroica mulher paulista. Tal requerimento foi rejeitado com 8 votos contra 7.” Após a seção, ocorreu uma passeata pelas ruas de Porto Alegre:

Ao longo do trajeto percorrido pela passeata os manifestantes fizeram mais de três comícios: no Abrigo da Praça 15, assistido por cerca de 500 pessoas, no Abrigo da Praça Parobé, e em frente a redação do jornal popular “A Tribuna”. Em todos eles o trânsito foi interrompido. Fizeram uso da palavra os vereadores de Prestes, Julieta Battistioli, Eloy Martins e Marino dos Santos, assim como representantes da União Estadual dos Trabalhadores, da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul e da União da Juventude Farroupilha.²⁹

Vimos anteriormente que Julieta, ao menos segundo os olhos da vigilância policial, integrava a União Estadual de Trabalhadores, entidade que participou da passeata. Ainda de acordo com o DOPS, ela também esteve bastante envolvida com as atividades da Federação de Mulheres do Rio Grande do Sul. Antes de expor essa documentação, vale a pena mencionar algumas memórias de Julieta referente a sua atuação nessa organização e nos eventos que ela organizou:

²⁸ In Projeto Integrado Arquivo do Estado e Universidade de São Paulo (PROIN). Disponível em <https://www.usp.br/proin/inventario/destaques.php?idDestaque=7> Acesso em 24 fev 2019.

²⁹ *Voz Operária*, Rio de Janeiro, n. 124, 6 de outubro de 1951, p. 2. HDB/BN, acesso em 25 fev 2019.

Tinha a Federação Nacional de Mulheres, ela era do Rio [de Janeiro], e nós tínhamos a nossa aqui filiada à Nacional. Tinha a presidente, tinha as sedes... era a D. Edith Saldanha, a presidente... Tinha a Maria José Lopes, a Maria Crespo. [...]

No Rio fez um Congresso de mulheres trabalhadoras, então era nacional; aí nós aqui fizemos as nossas reuniões para tirar (escolher) para mandar para o Congresso. E a nossa reunião para tirar as delegadas, reunião de mulheres, foi no Sindicato dos Alfaiates [...]. Nós tínhamos uma salinha da Federação, mas era uma salinha. Então se fez essa [reunião] no Sindicato, a reunião trouxe mulheres de Rio Grande, trouxe mulheres de Santa Maria, uma porção de mulheres de alguns municípios [...] e tiramos nove delegadas para o Rio. Aquela mulher que a polícia matou em Rio Grande no dia 1º de Maio, a Angelina Gonçalves [...] era uma das delegadas (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 30).

Julieta se refere, muito provavelmente, ao Congresso Nacional Feminino que ocorreu no Rio de Janeiro entre 23 e 25 de maio de 1949.³⁰ Ela chega a mencionar a dificuldade que foi para conseguir as passagens para as delegadas com o prefeito de Porto Alegre, Leonel Brizola, que havia prometido que as providenciaria – Julieta chegou a ficar de “tocaia” na entrada da prefeitura.

Logo depois foi a vez de o Rio Grande do Sul sediar um evento com mulheres do Brasil todo, segundo Julieta. Tudo indica que se trate da II Assembleia Nacional de Mulheres, ocorrida em Porto Alegre em outubro de 1953. O evento criou quatro comissões, cada uma com pelo menos dez integrantes que nunca se repetiram – indicando um número de participantes considerável. As comissões eram de Defesa da Infância, Melhores Condições de Vida, Defesa da Paz e Direitos da Mulher – Julieta compôs esta última.³¹

Julieta recorda da empreitada de forma bem-humorada e orgulhosa:

E... veio mãe de Pernambuco, da Bahia, de Recife, do Rio Grande [do Norte], do Rio, de São Paulo, meu Deus do Céu era tanta mulher! Agora nós tínhamos que arrumar alojamento para essas mulheres. Lá na minha casa ficaram oito. Depois eu andei distribuindo lá para as vizinhas, uma na casa de uma, uma na casa de outra... porque não tinha, não tinha cômodo para tanta mulher. Mas fizemos... foi muito bonito o congresso, foi feito no Sindicato dos Alfaiates, o Roque era do Partido, não é? (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 31-32).

³⁰ *Momento Feminino*, Rio de Janeiro, n. 60, 30 de junho de 1949, p. 5. HDB/BN. Acesso em 24 fev 2019.

³¹ Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 19, Porto Alegre, 15 de outubro de 1953 p. 169-174. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [H]. Cx 612, Disco 10, p. 170. NPH/UFRGS.

Apesar dessa participação ativa, Julieta não parece ter exercido cargos de direção na Federação. Além dela própria não se atribuir esses papéis, as duas diretorias que encontramos discriminadas por nomes e atribuições não contam com ela: a direção eleita em 1951 tinha Rita Guedes Brandão na presidência; Anita Couto de vice; 1^o Secretária – Maria Pereira; 2^a Secretária – Alda Lobo; 1^a Tesoureira – Maria José Lopes; 2^a Tesoureira – Maria Vinira Oliveira. O Congresso que elegeu essa direção também criou uma Comissão Feminina Contra a Guerra, que tinha a presença de Aldair Machado, Alda Lobo, Iracema Oliveira Lima, Celita Azambuja, Maria da Conceição Oliveira Lima e Elcí Azambuja.³² A direção que tomou posse em 1953 também não tinha Julieta entre suas integrantes: Presidente – Odith Saldanha; 1^a Vice-Presidente – Aracy Del-Arroio; 2^a Vice-Presidente – Rita Brandão; 1^a Secretária – Esther Milman; 2^a Secretária – Sibila Gutierrez; 1^a Tesoureira: Ambrosina Cabral; 2^a Tesoureira – Leonor Cabral.³³

Isso não significa dizer que Julieta não fosse bastante atuante na Federação. O DOPS nos informa que ela teve um papel mais importante nos bastidores e na articulação. Nesse mesmo ano de 1953, por exemplo, um boletim informava que a FMRGS estava organizando um “Protesto contra a panela vazia”:

Por volta das dezessete horas do dia 23 do corrente, componentes daquela agremiação comunista promoveram uma concentração no Largo da Prefeitura, nesta capital, com a participação de uns cem “patriotas”, mulheres na sua esmagadora maioria, que ostentavam cartazes e faixas com diferentes dizeres, dentre os quais se destacavam os seguintes:

“ESTAMOS COM OS GREVISTAS DE SÃO PAULO – ABAIXO A CARESTIA DE VIDA – VIVA A PAZ – QUEREMOS A REBAIXA DE PREÇOS – VILA JARDIM LUTA CONTRA A CARESTIA DE VIDA – QUEREMOS ARROZ AO PREÇO DE Cr\$ 2,80.”

Para não perderem o hábito, as “donas de casa” ali concentradas levaram a efeito um comício em que se fizeram ouvir as costumazes agitadoras LILLIA PINHEIRO, JULIETA BATISTIOLI, LEONOR SCLiar CABRAL, MARIA VARGAS, UNIVERSINA TORRES TATSCK, MARIA JOSÉ LOPES e ODITE SALDANHA, às quais, em síntese, assim se pronunciaram:

[...]

³² *Momento Feminino*. Rio de Janeiro, n. 81, fevereiro de 1951, p. 4. HDB/BN. Acesso em 23 fev 2019.

³³ *Momento Feminino*. Rio de Janeiro, n. 98, janeiro-fevereiro de 1953, p. 9. HDB/BN. Acesso em 23 fev 2019.

JULIETA BATISTIOLI – Dizendo-se porta-voz dos operários das Indústrias Renner, atacou o atual sistema de governo, “no qual os operários são relegados a plano secundário, pois não são consultados sobre coisa alguma, razão pela qual deviam intensificar a luta por melhores salários e, conseqüentemente, melhores condições de vida.” A seguir, após investir contra o Instituto Riograndense do Arroz, no que concerne, principalmente, à falta e elevação do custo do arroz popular nas feiras livres, aludiu a um congresso sindical a que compareceram poucos operários e muitos policiais, “estes sempre com a finalidade de intimidar aqueles”, aconselhou aos trabalhadores exigirem que seus sindicatos reivindicuem um salário mínimo de mil e quinhentos cruzeiros; e apelou a todas as mulheres cerrarem fileiras em torno da FEDERAÇÃO DE MULHERES DO RIO GRANDE DO SUL, “a única organização que verdadeiramente defende os interesses das donas de casa, lutando contra a carestia e demais males e necessidades que as afligem.”³⁴

O uso de aspas para se referir às “donas-de-casa” não deixa de ser curioso: é como se o censor alertasse seus superiores para não se deixarem enganar pela ocupação que elas alegavam exercer. Se, consciente ou inconscientemente essas mulheres conseguiam instrumentalizar os papéis de gênero a elas atribuídos, parece que a censura percebeu.

Talvez a referência mais curiosa – diferente dos outros pertencimentos constantemente atribuídos a ela – que foi encontrada em relação à atuação de Julieta no movimento feminino comunista seja um “Curso de capacitação política e revolucionária exclusivamente para mulheres”, ministrado em fevereiro de 1954. Segundo o Boletim do DOPS, Julieta Battistioli (“de nome de guerra ‘Ana’”, informação que só aparece aqui), Lília Pinheiro, Maria Crespo e Gínia Melo (deve referir-se a Gínia Macline que Julieta cita bastante em suas memórias) eram as professoras.³⁵

Quando Julieta parece viver uma espécie de auge em termos de atuação partidária, acaba sendo expulsa.

A expulsão do PCB

³⁴ Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 8, Porto Alegre, 30 de abril de 1953, pp. 44-53. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [G]. Cx 612, Disco 9, p. 53. NPH/UFRGS.

³⁵ Departamento de Ordem Política e Social, Boletim n. 3, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1954, pp. 47-50. Fundo DOPS. Setor Estados (Rio Grande do Sul. Setor), pasta 19 [G]. Cx 612, Disco 9, s/p. NPH/UFRGS.

A partir do Manifesto de Agosto de 1950, o PCB vai consagrar a linha sectária iniciada em 1948 após a declaração de ilegalidade do Partido. Muitos militantes que acabaram perdendo espaço diante dessa nova linha – quando não foram simplesmente expulsos – recordam do momento de maneira muito depreciativa. Eloy Martins, por exemplo, lembra do Manifesto como forma de “justificar a covarde posição da direção, que levou à entrega da legalidade sem o menor sinal de luta.” (MARTINS, 1989, p. 95). Ainda de acordo com o metalúrgico, na prática, se antes a ideia era “apertar os cintos”, agora as greves eram feitas “por decreto”.

Em parte isso explica a expulsão de Julieta do Partido, que segundo foi possível verificar até o momento ocorreu entre 1952 e 1953. O PCB fazia do Abono de Natal, espécie de 13º da época, uma de suas grandes bandeiras de mobilização, organizando comícios e greves. Julieta foi instruída a organizar um comício em frente ao seu local de trabalho para exigir o direito, no entanto ela recorda que a Renner oferecia uma alternativa a esse abono, que era visto pela maioria de seus colegas como algo benéfico:

Eles costumavam dar uma cesta de natal. Todos os anos... uns dois anos foi cesta. Mas o partido criticava, eles criticavam muito a cesta. Porque por milhares de dinheiro que eles ganhavam no fim do ano davam uma cesta para o operário, um artigo comum. Mas era um artigo de Natal que eles davam. Então se criticou muito e aí ele (Renner) deixou de dar o cesto. Mas eu pegava a minha cesta (RISOS). Pegava a minha cesta, mas esclarecia o que era a cesta (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 13).

Após a cesta, a Renner passou a distribuir um vale para ser trocado por seus próprios produtos:

Criticamos este vale, criticamos por ele ser assim. Nós não queríamos este vale, nós queríamos o dinheiro, mas já que não era o dinheiro então que ele fosse parcelado [precisava ser trocado todo de uma vez]; aí, no outro ano eles fizeram parcelado... fizeram para gastar umas quarenta vezes, [para] ir lá umas quarenta vezes buscar (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 14).

Julieta recorda que esse vale ela não pegou, por pressão do Partido. Mais que isso, ela precisaria fazer um comício relâmpago:

(O Partido) queria que eu, nesse dia que eles deram o vale, eles queriam que eu fosse para defronte de uma loja dele ali... no (bairro) Navegantes, o Renner tinha uma loja, e fizesse um comício relâmpago para que elas não entrassem para comprar, esta coisa, e eu não quis fazer isso, eu me recusei porque via que ia falar uma coisa que elas não estavam sentindo, porque elas iam gastar [...] Então, quando veio o mestre me dar o cartão, eu disse assim: “Não, eu não quero, não vou assinar”... Tinha que assinar uma lista que tinha recebido (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 14).

Julieta recorda que após essa recusa, acabou “escrachada” nas páginas da *Tribuna Gaúcha* – ainda não foi encontrada essa edição – e, em seguida, ela acabou expulsa do Partido e parou de militar. Outro fator que contribuiu para isso, segundo recorda, foi justamente a sua atuação parlamentar:

O Partido às vezes queria o impossível de eu fazer, essa que é a verdade. O meu procedimento na Câmara de Vereadores, [por exemplo]... me criticaram muito: “Que eu era... que eu não falava na Câmara de Vereadores, que eu...”. Isso aí sabiam que ia ser, eu não tinha cultura para aquilo! (CARVALHO FRANCO; GARCIA, 2008, p. 47).

A memória dessa época e dessa atuação remetem à suposta falta de preparo de Julieta e às exigências consideradas descabidas do PCB – manifestadas em outras situações, como a exigência do comício mencionado. Aqui é preciso atentar para a ideia de repertório, como apresentada por Daniel James. Julieta se narra de acordo com “papéis, convenções e formas de autorrepresentação” (JAMES, 2004, p. 217) disponíveis para uma tecelã que recorda de situações dos anos 1940 e 1950 no final dos anos 1980, data da entrevista. Talvez o machismo como explicação não fizesse parte desse arcabouço, assim como o discurso da injustiça cometida contra si. Este último ponto, aliás, é muito corriqueiro em quase todas as memórias de antigos militantes homens – Leôncio Basbaum, Eloy Martins, Osvaldo Peralva, por exemplo (BASBAUM, 1976; MARTINS, 1989; PERALVA, 2014). Todos eles se sentem traídos e demonstram mágoas analisando o percurso em retrospectiva. Julieta, apesar da mágoa (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008,

p. 57),³⁶ não se conta dessa forma. Aliás, ao reforçar o discurso de despreparo, chega a conferir pouca importância ao que de fato fez:

[...] defender os trabalhadores, eu defendia! Uma vez foi com os portuários, não sei o que foi que eles fizeram lá, trabalhando com os portuários, aí eu pedi a palavra e falei sobre os portuários, que estavam em luta, que estavam nisso e naquilo e naquilo outro. Da minha, da fábrica Renner mesmo, alguma coisa que estava mal feito eu levantava lá dentro, quer dizer, a minha atuação lá dentro da Câmara de Vereadores foi só... [em relação] aos trabalhadores (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 47).

Foi preciso que o entrevistador interviesse, recordando do trabalho nos bairros, para que Julieta fosse lembrando de outras situações:

Trabalhamos muito nas vilas, isso é verdade. As vilas, as escolas nas vilas... uma escola eu consegui que as mulheres fizessem, foi uma vitória. Foi aqui na nossa zona, a Escola "Dolores Alcaraz" (bairro Passo D'Areia).

[...]

Ah! E outra foi uma bica d'água (uma torneira) na vila São José, elas queriam uma torneira pública para botarem as tinas em volta para poderem lavar as roupas. Isso se conseguiu também (CARVALHO JÚNIOR; GARCIA, 2008, p. 48).

Os anos 1960 e 1970 parecem ter deixado Julieta de fora dos holofotes, e as notícias referentes a ela simplesmente desaparecem.

Considerações finais

Em 1988 Julieta Battistioli se tornou cidadã emérita da capital gaúcha, e em 1998 – dois anos após falecer, com 89 anos – a Câmara de Vereadores de Porto Alegre batizou a Escola do Legislativo com o seu nome (SCHUMAHER; BRAZIL, 2000, p. 355).

Ao tornar-se Cidadã Emérita, Julieta proferiu o seguinte discurso:

Minhas senhoras e meus senhores, que, no meu tempo, lutavam junto comigo e que juntos saíamos às ruas a coletar assinaturas contra a ida de nossos filhos à Coréia, a esses e à Angelina Gonçalves, ferida pela Polícia em Rio Grande e que

³⁶ Ela chega a afirmar que foi ao banheiro vomitar ao ver as críticas que recebeu nas páginas de *A Tribuna*.

acabou numa cadeira de rodas. A todos esses, essa homenagem. (...) disseram tantas coisas que eu não sei se mereço ou se mereço muito mais pelas lutas que eu tive, mas todas essas companheiras que hoje lutam e que agora têm um caminho mais aberto, fizeram grandes movimentos pela mulher camponesa no Gigantinho, a minha saudação. É um dia muito feliz. (...) Assim, meus companheiros, a nossa luta é a mesma, a luta dos companheiros de hoje, moços, jovens com focam [sic] e que lutam pela emancipação do trabalhador, pela emancipação da mulher e que lutam pelo direito digno de vida, por menos fome, por menos morte nas vilas. Por tudo isso que ainda temos que atravessar e lutar por um mundo melhor, onde todos poderão viver condignamente.³⁷

Julietta pode ter deixado a militância ao longo dos anos 1960 e 1970, mas tudo indica que suas ideias e maneira de ver o mundo permaneceram: a defesa de uma sociedade mais justa e igualitária e a emancipação do trabalhador e – agora com ênfase – da mulher.

Bibliografia

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

CARVALHO JÚNIOR, Francisco; GARCIA, Eliane Rosa (Orgs.). *Adorável Camarada – Memórias de Julieta Battistoli*. Porto Alegre: Câmara Municipal de Porto Alegre, 2008.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, v. 10, p. 169-178, 2006.

FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: EDUCS/Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FRACCARO, Gláucia. *Os Direitos das Mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

GARCIA, Marco Aurélio. O Gênero da Militância: notas sobre as possibilidades de uma outra ação política. *Cadernos Pagu*, (8/9), Unicamp, pp.319-342, 1997.

³⁷ PROC. Nº 4006/07, PLL Nº 113/07. Disponível em <http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf> Acesso em 26 fev 2019, p. 3.

JAMES, Daniel. *Doña María: historia de vida, memoria e identidad política*. Buenos Aires: Manantial, 2004.

KONRAD, Diorge. A FORGS, a LEP e o Inspecô Reacionário: a Negação da Política como Espaço da Luta Social (1933-1935). *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online)*, v. 2, p. 400-409, 2009.

LEVI Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998.

MARÇAL, João Batista; MARTINS, Marisângela. *Dicionário Ilustrado da Esquerda Gaúcha: Anarquistas, Comunistas, Socialistas e Trabalhistas*. Porto Alegre: Palmarinca, 2008.

MARTINS, Eloy. *Um depoimento político: memórias de um metalúrgico*. Porto Alegre: s/e, 1989.

NUNES, Guilherme Machado. Revendo a Conjuntura 1933-1935 em Porto Alegre através da vida de Policarpo Hibernon Machado. *Oficina do Historiador*, v. 9, p. 155-174, 2016a.

_____. *"A Lei de Férias no Brasil é um aleijão": greves e outras disputas entre Estado, trabalhadores/as e burguesia industrial (1925-1935)*. Dissertação (Mestrado em História), Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016b.

PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 9, n. 18, ago-set., pp. 9-18, 1989.

PETERSEN; Sívila R. F. *Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos gaúchos para construir suas organizações*. Santa Maria: Editora da UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

REICHEL, Heloísa. J. (Org.). Vida e trabalho num bairro fabril: depoimentos. *Revista Anos 90 (UFRGS)*, v. 2, p. 187-197, 1994.

SCHMIDT, Benito Bisso. *De Mármore e de Flores: A primeira greve geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. RJ: Zahar, 1999.

Fontes

Centro de Documentação e Memória (CEDEM/UNESP)

A Classe Operária, 1945-1950

A Tribuna, 1945-1947

Tribuna Gaúcha, 1947-1952

Hemeroteca Digital Brasileira

A Manhã, 1935

Gazeta de Notícias, 1948

Jornal do Dia, 1948

Momento Feminino, 1949-1956

Tribuna Popular, 1947

Voz Operária, 1951

Núcleo de Pesquisa em História (NPH/UFRGS)

Acervo João Baptista Marçal

A Voz do trabalhador, 1934-1935

Fundo DOPS – pasta 19

Boletim n. 47, Porto Alegre, 15 de novembro de 1951. pp. 124-136.

Ofício n. 419, Porto Alegre, 25 de outubro de 1947, p. 22-30.

Boletim n. 19, Porto Alegre, 15 de outubro de 1953 p. 169-174.

Boletim n. 8, Porto Alegre, 30 de abril de 1953, pp. 44-53.

Boletim n. 3, Porto Alegre, 15 de fevereiro de 1954, pp. 47-50.

Outras fontes

PROC. N° 4006/07, PLL N° 113/07. Disponível em
<http://www.camarapoa.rs.gov.br/draco/processos/86262/040062007PLL.pdf> Acesso em
26 fev 2019.